

Tarifas públicas terão reajuste para compensar a desvalorização

Revisão está prevista no acordo acertado com o FMI. Governo avisa que não pretende segurar os preços para combater a inflação

Os reajustes das tarifas públicas que já foram o fantasma da inflação, junto com os reajustes dos salários, voltam a assustar. Ontem, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, disse que o Governo irá reajustar as tarifas públicas, caso seja necessário para compensar a desvalorização cambial.

Os principais problemas são os combustíveis, porque quase a metade do petróleo consumido no Brasil é importado e a energia elétrica, já que a Hidrelétrica de Itaipu, que responde por quase 20% da produção nacional, têm suas tarifas cotadas em dólar. Itaipu vem reivindicando um reajuste mínimo de 15% em suas tarifas. "O Governo não pretende segurar os preços das tarifas para conter a inflação", afirmou

Bier, adiantando que eventuais aumentos nos preços da energia e de outras tarifas públicas estão incluídos na revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo ele, o Governo acertou com o FMI uma meta de inflação de 10% no primeiro semestre deste ano e de 16,8 de taxa acumulada no ano. No caso do desempenho da economia, a expectativa de Bier é de que já no final do ano o Produto Interno Bruto (PIB) apresente taxas de crescimento, que anualizadas, apontem para uma expansão de 3% a 4% ao ano. Não será suficiente, no entanto, para garantir um bom desempenho ao longo de todo este ano, cuja previsão é de uma queda de 3,5% a 4% do PIB.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda prevê que o Brasil, com a formalização do acordo com o FMI, levará pelo menos dois meses para recuperar a credibilidade externa. Só então os investidores externos começarão a voltar a investir no País.

Hoje, o Governo inicia três frentes de trabalho para explicar os investidores estrangeiros as mudanças na economia brasileira e para tentar convencê-los a reabrir as linhas de crédito ao País. O ministro

da Fazenda, Pedro Malan, viaja para a Alemanha, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, irá a Nova Iorque e Londres e o diretor de Política Econômica do BC, Sérgio Werlang, e o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru, vão para o Japão. Além disso, Malan e Armínio Fraga participarão do encontro anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde estarão reunidos cerca de seis mil pessoas, entre empresários, investidores e autoridades governamentais.

Amaury Bier disse que as medidas de contenção de gastos já anunciadas pelo Governo somam cerca de R\$ 5 bilhões e são suficientes para atender à meta ampliada de um superávit primário de 3,1% para este ano, acertada com o FMI. Além de aumento do IOF e corte de benefícios dos servidores públicos, já anunciadas na semana passada, o Governo deverá cortar cerca de R\$ 900 milhões dos investimentos das empresas estatais e espera contar com uma parte da contribuição previdenciária dos militares ainda este ano.

AGUINALDO NOGUEIRA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA



Amaury Bier: após acordo com FMI, Brasil leva dois meses para recuperar a credibilidade externa